



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2020

ARP nº. 53/2020

PROCESSO nº. 0000838-80.2020.6.22.8000

Pregão Eletrônico nº. 31/2020

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **COMERCIO VAREJISTA DE ARMARINHO MARTINS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **13.807.868/0001-40**, com sede na Rua Venceslau Brás, nº. 146, bairro São Pedro. Ji-Paraná/RO. CEP 76.913-645. Telefone(s): (69) 3422-5953, (69) 3422.7040, (69) 3423-3354, (69) 99981-7676 e (69) 98494-0154, e E-mail(s): martins.licitacao2@gmail.com, neste ato representada por **TAÍS SOUZA DA SILVA**, brasileira, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1263988 – SESDEC/RO e CPF nº. 026.057.272-11, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1. - Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Valor Unit.	Quant	Vlr Total R\$
01	Item 27 do Edital. RODO. Rodo, material cabo madeira, material suporte plástico, comprimento suporte 60cm, quantidade borrachas 2 und. Marca: CARVALHO	Unid	6,00	200	1.200,00
02	Item 30 do Edital. SACO PLÁSTICO LIXO. Saco plástico lixo, capacidade 100 l, cor preta, apresentação peça única,	Bem. c/ 100 Unid	39,00	600	23.400,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	largura 80 cm, altura 100 cm. Marca: RAVA.				
Valor total da ARP, R\$					24.600,00

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

1.5. Os materiais deverão serem entregues em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h, no Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859, sendo que o fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2268 / 2092 / 2051/ 2000.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 14 de outubro de 2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	TAÍS SOUZA DA SILVA Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874-49 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 16/10/2020, às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TAIS SOUZA DA SILVA, Usuário Externo**, em 21/10/2020, às 09:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 21/10/2020, às 10:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 21/10/2020, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000838-80.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 28/2020 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – Eventual aquisição de material de consumo – Higiene, Limpeza e produtos químicos.

PARECER JURÍDICO Nº 211 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado - SEALM, com o objetivo de eventual **aquisição de materiais de higiene e limpeza**, por via Sistema de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias da Seção de Almoarifado deste TRE/RO, no **exercício de 2020** ([0512617](#)).

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0567165](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 166/2020 - PRES/DG/AJDG ([0572505](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 31/2020 ([0572857](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento [0573891](#).

04. Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas ([0581395](#));

b) Propostas das licitantes ([0581408](#), [0581412](#), [0581416](#), [0581418](#), [0581420](#), [0581422](#), [0581425](#), [0581426](#), [0581427](#), [0581430](#), [0581432](#), [0583190](#), [0583273](#), [0583279](#), [0584218](#), [0585375](#), [0585377](#), [0585991](#), [0586000](#), [0587957](#), [0588692](#) e [0588973](#));

c) Documentos complementares ([0583365](#), [0583870](#), [0584222](#), [0584447](#), [0584458](#), [0585112](#), [0585113](#), [0585173](#), [0585175](#), [0585178](#), [0585183](#), [0585310](#), [0585376](#), [0585431](#), [0585728](#), [0585892](#), [0586320](#), [0586334](#), [0586871](#), [0587445](#), [0588806](#), [0588836](#), [0588841](#), [0588861](#), [0590536](#), [0590673](#), [0590676](#), [0590685](#), [0590705](#), [0593797](#) e [0593811](#));

d) manifestações das unidades técnicas - SEALM - quanto aos documentos mencionados ([0583844](#), [0584051](#), [0584827](#), [0585114](#), [0585432](#), [0585434](#), [0585780](#), [0586278](#), [0587409](#), [0587774](#), [0588286](#), [0588719](#), [0588820](#), [0588842](#), [0588885](#), [0590706](#), [0591482](#) e [0593814](#)); e

e) documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas ([0595897](#), [0595898](#), [0595899](#), [0595900](#), [0595901](#), [0595902](#) e [0595903](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0596244](#)), o Resultado por Fornecedor ([0596246](#)), o Termo de Adjudicação ([0596249](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([0597995](#)).

07. Por fim, em seu Relatório nº 60/2020 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0596697](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

08. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0596795](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2020

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0573891](#)).

10. Na publicação do aviso ([0573891](#)), consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Não houve;

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0581395](#)) e na ata do certame ([0596244](#)). Não houve recusa de lances;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas subitem 5.3 do Relatório nº 60/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0596697](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os itens 6, 8, 9, 14, 17, 19, 25, 26, 31, 35 e 36 restaram fracassados;

f) Item deserto: Não houve;

g) Fase de Habilitação: As empresas CHARLEI BONI (itens 12, 13, 33 e 34 - [0595897](#)), COMERCIO VAREJISTA DE ARMARINHO MARTINS EIRELI (itens 27 e 30 - [0595898](#)), HIGIBEST COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI (itens 22 e 32 - [0595899](#)), M C INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA (itens 03, 04, 05, 10, 11, 15, 18, 24 e 29 - [0595900](#)), MGS BRASIL DISTRIBUIDORA EIRELI (item 07 - [0595901](#)), NK COMERCIO DE PAPEIS LTDA (item 21 - [0595902](#)) e SYLVIA P DA COSTA RAMOS (itens 01, 02, 16, 20, 23 e 28 - [0595903](#)) atenderam os requisitos habilitatórios, consoante documentação acostadas ao feito, e foram habilitadas.

h) Recursos: Não houve intenção de recurso.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

13. É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0596244](#)).

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Pois bem, os **itens 6, 8, 9, 14, 17, 19, 25, 26, 31, 35 e 36 restaram fracassados**, pois os licitantes apresentaram valor da proposta acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de proposta completos. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a **repetição do certame**. Nesse caso específico a SEALM deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**.

17. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

18. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

19. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que **“não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar”** ou, ainda, aquele que **“formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93”** (sem grifo no original).

20. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei na 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

21. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

22. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

23. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

24. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, **ressaltando que a Administração deverá validar a**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

existência de eventual prejuízo na espera de novo certame. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III - DA CONCLUSÃO

25. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0596249](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

26. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

27. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 09/10/2020, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 09/10/2020, às 17:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000838-80.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

ASSUNTO: Aquisição de material de consumo – higiene, limpeza e produtos químicos, via Sistema de Registro de Preços. Homologação do Pregão Eletrônico n. 31/2020.

DESPACHO Nº 1664 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almocharifado - SEALM, com o objetivo de eventual **aquisição de materiais de higiene e limpeza**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias da Seção de Almocharifado deste TRE/RO, no **exercício de 2020** ([0512617](#)).

Depois de realizado o Pregão Eletrônico nº. **31/2020** ([0572857](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação.

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0596244](#)); o Resultado por Fornecedor ([0596246](#)); Termo de Adjudicação ([0596249](#)); Relatório nº 60/2020 ([0596697](#)) e publicação do resultado da Licitação no Diário Oficial da União – DOU e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0597995](#)).

Não houve pedido de esclarecimentos, impugnação ou intenção de recurso.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as seguintes licitantes: 28.719.518/0001-07 – CHARLEI BONI, itens 12, 13, 33 e 34, valor R\$ R\$ 17.581,50; 13.807.868/0001-40 – COMERCIO VAREJISTA DE ARMARINHO MARTINS EIRELI, itens 27 e 30, valor R\$ 24.600,00; 26.581.761/0001-78 – HIGIBEST COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, itens 22 e 32, valor R\$ 20.358,00; 19.288.989/0001-09 – M C INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA, itens 03, 04, 05, 10, 11, 15, 18, 24 e 29, valor R\$ 58.551,40; 25.329.901/0001-52 – MGS BRASIL DISTRIBUIDORA EIRELI, item 07, valor R\$ 8.358,00; 00.201.018/0001-51 – NK COMERCIO DE PAPEIS LTDA, item 21, valor R\$ 18.400,00; e 23.318.893/0001-13 – SYLVIA P DA COSTA RAMOS, itens 01, 02, 16,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

20, 23 e 28, valor R\$ 23.169,00. Os itens 6, 8, 9, 14, 17, 19, 25, 26, 31, 35 e 36 restaram fracassados. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total do certame R\$ 171.017,90 (cento e setenta e um mil dezessete reais e noventa centavos).

Mediante o Parecer Jurídico nº 211/2020 ([0603767](#)), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0596249](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos. Por fim, ressalta que a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Além disso, recomenda que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0596244](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretora-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 31/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0596249](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

A SEALM para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 6, 8, 9, 14, 17, 19, 25, 26, 31, 35 e 36, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**, cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou pela realização de novo certame para aquisição futura, atentando para a recomendação contida nos itens 26 e 27 do Parecer Jurídico nº 211/2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 13/10/2020, às 18:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.